

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Agosto/2018



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para preenchimento de vagas no cargo de Auditor Público Externo (APE), Nível III, Classe A Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito)

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS E PROVA DISCURSIVA

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A educação conduz para melhoria da qualidade de vida do povo.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões objetivas, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS da Prova Objetiva, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 01 a 08 referem-se ao texto a seguir, que trata da direção da economia brasileira no Segundo Reinado.

Entre 1808, com a abertura dos portos, e 1850, no auge da centralização imperial, modificara-se a pacata, fechada e obsoleta sociedade. O país europeizava-se, para escândalo de muitos, iniciando um período de progresso rápido, progresso conscientemente provocado, sob moldes ingleses. O vestuário, a alimentação, a mobília mostram, no ingênuo deslumbramento, a subversão dos hábitos lusos, vagarosamente rompidos com os valores culturais que a presença europeia infiltrava, juntamente com as mercadorias importadas. O contato litorâneo das duas culturas, uma dominante já no período final da segregação colonial, articula-se no ajustamento das economias.

Ao Estado, a realidade mais ativa da estrutura social, coube o papel de intermediar o impacto estrangeiro, reduzindo-o à temperatura e à velocidade nativas. A engrenagem de acomodação e amortecimento poderia e deveria, se homogêneas as economias e coerentes as concepções sobre estas, ser a obra dos comerciantes estrangeiros, nas filiais brasileiras ligadas à metrópole. Poderiam esses quistos comerciais, ainda, submeter a política financeira aos seus interesses, segundo o velho padrão colonial, que viriam substituir sem mudar a substância do vínculo.

Na verdade, evitada a prematura bravata nacionalista, diga-se, desde logo, que a dependência da economia brasileira é inegável, mas não será, entretanto, uma dependência colonial, nem se afirmará no prolongamento da atividade metropolitana, passivamente aceita. Será uma dependência por via do Estado, sob a vigilância, desconfiada muitas vezes, entusiástica outras, de uma camada social, apta a participar das vantagens do intercâmbio, preocupada, não raro, em desviar-lhe o rumo submisso. A manipulação legal e financeira apressa ou retarda a integração, enquanto nas ruas o sentimento nativista, antiluso nas suas origens, ressentido do invasor europeu, no qual identifica a arrogância colonialista.

O núcleo diretor da intermediação situa-se na estrutura financeira do país. Sua fraqueza, bem como seus episódicos impulsos, dão a tonalidade à necessária passagem da maré estrangeira por um filtro nacional. O Tesouro, ao tempo que reflete a realidade econômica, a ordena e a dirige, na ânsia, depois de 1850 acentuada, de erguer o país do marasmo, de adequá-lo ao mundo moderno e de impor-lhe maior ritmo de progresso. Ele expressa, no contexto do aparelhamento estatal, a face da dependência e, na preocupação de desenvolvimento, a fisionomia larvarmente autonomista.

(FAORO, Raymundo. Estado dependente, sob a orientação do Tesouro. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. v. 2, 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. Grandes nomes do pensamento brasileiro. p. 3 e 4)

1. O texto legitima a seguinte inferência:

- (A) Apesar de formas de governo monárquico, como as que têm como chefe um imperador ou imperatriz, serem centralizadoras, elas efetivamente impulsionam avanços significativos em vários setores da sociedade.
- (B) Processos de importação de conceitos e hábitos violam sentimentos, crenças e convenções morais, sociais ou religiosas já estabelecidas, do que decorre o estado de perplexidade daqueles que estão submetidos a esse percurso.
- (C) Quando nações se comunicam por meio de mercadorias que importam e exportam acabam por adaptar seus distintos interesses e expectativas, harmonização que torna impraticável a supremacia de uma delas, a não ser em breve período inicial do contato.
- (D) O padrão relativamente constante de disposições morais, afetivas, comportamentais e intelectivas de um indivíduo é suscetível de subversão pelo contato direto com pessoas de outra cultura, ou mesmo indireto, por meio daquilo em que estas se expressam.
- (E) A integração entre dois povos implica impactos, acomodações, manipulações legais e financeiras, condições que impõem ao Estado a gerência da incorporação, pois é ele a via que impede intromissões indevidas e desvios do projeto financeiro do país.

2. Compreende-se corretamente do texto:

- (A) O segmento *a realidade mais ativa da estrutura social* retrata um traço constitutivo do *Estado*, o que significa dizer que, sem o qual, não há de ser nominado "Estado". (parágrafo 2)
- (B) Justifica-se a menção à *abertura dos portos* como exemplificação de significativo fato ocorrido em 1808, pois nenhuma outra relação pode ser estabelecida entre esse acontecimento e o tema tratado pelo autor. (parágrafo 1)
- (C) Em *A manipulação legal e financeira apressa ou retarda a integração*, a conjunção destacada evidencia que o manejo se dá em sequências regulares de alternância. (parágrafo 3)
- (D) A expressão *antiluso nas suas origens* propicia cotejo entre duas situações observáveis no trecho em que o segmento se encontra, aproximadas por meio de uma semelhança. (parágrafo 3)
- (E) O segmento *a pacata, fechada e obsoleta sociedade* está estruturado de forma a referir, respectivamente, uma causa e suas duas consequências inevitáveis. (parágrafo 1)



3. O texto, nos parágrafos indicados, comprova a correção do seguinte comentário:
- (A) No processo de coesão textual, a expressão *esses quistos comerciais* remete a *os comerciantes estrangeiros*. (parágrafo 2)
 - (B) O emprego da palavra *quistos* revela a avaliação negativa que o autor faz de certas casas de comércio. (parágrafo 2)
 - (C) A expressão *Na verdade* introduz informações que evidenciam que o que *poderia e deveria* ser, citado nos dois períodos imediatamente anteriores, configura hipóteses que acabaram não se efetivando, inclusive porque, uma delas, é posta sob condições não atendidas. (parágrafo 3)
 - (D) Em *nas ruas o sentimento nativista* [...] *ressente-se do invasor europeu*, no qual *identifica a arrogância colonialista*, a introdução da palavra “comportamento” após a expressão destacada preserva o sentido e a correção da frase e, ainda, amplia sua clareza. (parágrafo 3)
 - (E) Outra formulação para *apta a participar das vantagens do intercâmbio, preocupada, não raro, em desviar-lhe o rumo submisso* manterá a correção e não prejudicará o sentido original assim “disposta a participar das vantagens do intercâmbio, preocupada, muito frequentemente, em deslocar o seu rumo submisso”. (parágrafo 3)

4. O que se tem no parágrafo 4, considerado em seu contexto, abona o seguinte entendimento:
- (A) No processo de integração das economias, a presença do Estado brasileiro frente ao inglês foi bastante tímida: a carência de algum estímulo próprio para o desenvolvimento da atividade econômica do país fez que as diretrizes do Tesouro Nacional dessem livre passagem ao avanço da maré estrangeira.
 - (B) O Tesouro, na sua intensa preocupação em dar mostras do avanço da economia do país e, ao mesmo tempo, incentivar a vigorosa e necessária presença estrangeira, acabou por imprimir ritmo de progresso maior do que a nação estava pronta a suportar.
 - (C) Principalmente depois de 1850, o Tesouro brasileiro, de um lado, dirigiu com mãos de ferro as ações comerciais nativas, de outro, tentou incrementar medidas que as tornassem autônomas; esse comportamento paradoxal encobria um frágil desejo de independência.
 - (D) Considerada a forma de organização do Estado, o Tesouro era o mais dependente de resoluções dos demais domínios, o que explicou a sua ânsia de ações que lhe dessem visibilidade, como a de tentar modernizar o país em ritmo de progresso até então desconhecido, caminho da autonomia da nação.
 - (E) O Tesouro, ao atuar no ordenamento da economia, a manteve dependente do Estado, em dependência distinta da que o país conhecera antes; mas, simultaneamente, o Tesouro, ao empenhar-se no estímulo ao desenvolvimento, manifestou traços de soberania, ainda que imaturos.

5. *Ao Estado, a realidade mais ativa da estrutura social, coube o papel de intermediar o impacto estrangeiro, reduzindo-o à temperatura e à velocidade nativas.*

Considerando a estrutura sintática da frase acima, é correto afirmar:

- (A) O sujeito da frase em que está presente o verbo “caber” é o *Estado*.
- (B) O segmento *de intermediar o impacto estrangeiro* exerce a função de objeto indireto.
- (C) O segmento *o impacto estrangeiro* e o pronome, em *reduzindo-o*, exercem a mesma função sintática, nas orações de que fazem parte.
- (D) Os segmentos *mais ativa e da estrutura social* exercem, ambos, a função sintática de adjuntos adnominais.
- (E) No segmento *à temperatura e à velocidade nativas*, o único adjunto adnominal presente é *nativas*.

6. *Na verdade, evitada a prematura bravata nacionalista, diga-se, desde logo, que a dependência da economia brasileira é inegável, mas não será, entretanto, uma dependência colonial, nem se afirmará no prolongamento da atividade metropolitana, passivamente aceita.*

Acerca do que se encontra acima, considerado em seu contexto, é acertado comentar:

- (A) O emprego das formas verbais *diga-se* e *é* sinaliza que os acontecimentos referidos são contemporâneos.
- (B) As formas *será* e *afirmará* remetem a fatos que efetivamente se deram no período sobre o qual o autor versa, mas o futuro indica que a ação foi posterior a outra no passado, a exemplo de *Ao Estado* [...] *coube o papel de intermediar o impacto estrangeiro*.
- (C) A conjunção *mas*, usada mais comumente para expressar um contraste, está empregada especificamente com valor aditivo, uma das suas possibilidades de sentido.
- (D) O segmento *evitada a prematura bravata nacionalista* denota que o espírito nacionalista materializou-se com consistência e legitimidade ainda no início do processo de europeização, que fragilizou os valores lusos.
- (E) O segmento *passivamente aceita* exprime uma possibilidade, ainda que com pouca probabilidade de efetuar-se.



7. Abaixo, segmentos do texto aparecem reformulados. A alternativa que apresenta redação que mantém a correção, segundo a norma-padrão, e não prejudica o sentido original, observado em seu contexto, é:
- (A) *iniciando um período de progresso rápido* / por ter-se iniciado um período de progresso rápido. (parágrafo 1)
 - (B) *sem mudar a substância do vínculo* / sem que fosse mudado a substância do vínculo. (parágrafo 2)
 - (C) *mas não será, entretanto, uma dependência colonial, nem se afirmará no prolongamento da atividade metropolitana* / mas, não será, todavia, uma dependência colonial, como também não se afirmará no prolongamento da atividade metropolitana. (parágrafo 3)
 - (D) *apta a participar das vantagens do intercâmbio* / propensa em participar das vantagens do intercâmbio. (parágrafo 3)
 - (E) *reduzindo-o à temperatura e à velocidade nativas* / desde que o reduzisse à temperatura e à velocidade nativas. (parágrafo 2)
-
8. Palavras do texto inspiraram as frases abaixo, que devem, entretanto, ser consideradas independentemente dele. A que está formulada em acordo com a norma-padrão da língua é:
- (A) Cabemos com conforto ou não no espaço reservado aos estagiários, estaremos todos, sem exceção, assistindo a tudo com muita atenção e respeito.
 - (B) Dizem os especialistas que antiinflamatórios não devem ser usados sem aconselhamento médico, afim de não agredir o sistema imunológico dos indivíduos.
 - (C) Seriam mais bem aceitos em suas propostas de reorganização, se eles subvertessem certas normas somente se, e quando, propusessem outras de maior eficácia.
 - (D) Chegada a decisão do juiz, caso a jovem se ressentida da interpretação dada pelo magistrado ao dispositivo legal que sustenta seu pleito, haverá possibilidade de ela entrar com recurso.
 - (E) O diretor que intermedeie o diálogo para avaliação da proposta de aumento salarial, mas, se chefes de setores da empresa e grevistas intervirem sem argumentos consistentes, um acordo será difícil.
-
9. A frase construída de maneira clara e condizente com a norma-padrão da língua é:
- (A) Tudo indica não haver a mínima intenção de tornar os debates longos e por isso infrutíferos, mas, fazer de modo objetivo e, dependente da urgência temática, finalizar com brevidade.
 - (B) Pedindo que dissesse o que lhe fizera ter vindo até mim, ele contou que fora assaltado e não tinha dinheiro para pegar o trem; atendi e sob pretexto de atraso nos despedimos.
 - (C) Elementos do filme que terminam com um final trágico foram analisados pelo especialista, que criticou inclusive, a condução da história de certo modo que o espectador antecipa o desfecho.
 - (D) O jovem contou ao tio, que o batizara, a acusação de que tinha sido vítima pelo colega de que se julgava amigo, bastante ansioso que o padrinho o encontrasse para perguntar a razão de tudo aquilo.
 - (E) As lembranças habitam a casa onde a jovem escritora viveu a infância e a fazem querer encontrar a forma mais simples, e, ao mesmo tempo, a mais produtora de sentidos, para narrar suas memórias.
-
10. A frase construída de modo claro e condizente com a norma-padrão escrita é:
- (A) O coordenador dos alunos recém-ingressos evitou convidá-los para a viagem, não se sabe bem por quê; levantaram-se hipóteses, entre as quais, a de que ainda careciam de bom entrosamento com os veteranos.
 - (B) A capacidade humana de ter consciência de seu passado é a fonte, inexaurível, de valores que impulsionam culturas as mais distintas, nas quais podem haver enraizados traços comuns.
 - (C) É impossível que exista sob a alegação que for, quaisquer razões que justifiquem os preconceitos de que temos tido conhecimento nas mais diversas situações sociais da contemporaneidade.
 - (D) A matéria publicada no jornal aborda o descaso governamental com que vem tratando muitos problemas específicos da saúde das mulheres, o que as torna vulneráveis a várias situações de risco.
 - (E) Imagens que estamos habituados, estampando desrespeito a idosos, crianças e outros em situação de fragilidade, merece que sejam alvo de ponderada reflexão, à medida que isso pode gerar revisão de atitudes.

**Raciocínio Lógico e Analítico**

11. Considere o seguinte fato: Há verbos que, em decorrência de seu sentido lógico, permitem presumir uma ideia que não vem expressa de modo explícito nas frases em que se encontram. Essa ideia é parte integrante do sentido da frase.

Analise, então, as frases que seguem.

- I. Ao final, competia ao mais jovem a difícil decisão.
- II. A cada ação humanitária, eleva-se a esperança dos imigrantes.
- III. Depois de muitas aventuras, bem e mal-sucedidas, retornou à advocacia.
- IV. Com os novos dados, os investidores apressaram as negociações.

É correto afirmar que, pelo motivo exposto, há informação implícita em:

- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, II e IV, apenas.
 - (C) II, apenas.
 - (D) IV, apenas.
 - (E) I e III, apenas.
-
12. *Análises consistentes do material recolhido, realizadas por mais de um órgão legalmente credenciados, comprovam que há severa contaminação do solo na área periciada. A lei exige que todos os solos contaminados sejam interditados assim que forem caracterizados como tal. Desta forma e presentes os requisitos legais, é de rigor que seja decretada a imediata interdição da referida área.*

Considerado o processo argumentativo instaurado nas linhas acima, é correto afirmar que, nelas:

- (A) os argumentos articulam-se na seguinte sequência, respectivamente: uma premissa maior, uma premissa menor e uma conclusão.
 - (B) não há sustentabilidade para a afirmação *presentes os requisitos legais*, o que torna falacioso o raciocínio desenvolvido.
 - (C) o raciocínio desenvolvido contempla ideia de valor universal e ideia de veracidade, a darem substância à conclusão que delas decorre.
 - (D) a conclusão necessária à finalização do raciocínio não vem, como exige a norma, introduzida por meio da conjunção “Logo”, o que prejudica o encadeamento lógico das ideias.
 - (E) há comprometimento da sua finalidade, que é o convencimento do leitor ou ouvinte, pois não expressam com a devida concisão as proposições do método indutivo desenvolvido.
-

13. Tem-se, a seguir: I. trecho de reclamação de um consumidor dirigida à direção de uma casa comercial; II. resposta da empresa.

- I. *Os fatos acima relatados exigem que o produto que adquirir seja trocado com urgência. Pergunto, ainda: Por que o chefe do setor de eletrodomésticos me comunicou, há uma semana, em minha terceira ida à loja, que o gerente não tinha esquecido da reclamação que encaminhei anteriormente? Segundo outros clientes, a resposta à minha pergunta nunca será conhecida.*
- II. *Sabemos que é importante manter o diálogo com nossos clientes. E agradecemos quando eles vêm ao nosso encontro. Recebemos sua reclamação e lamentamos não poder atendê-lo. Entretanto, ratificamos o compromisso assumido de estar sempre atentos às insatisfações daqueles que nos procuram.*

Observada a arquitetura verbal de I e II, o único comentário ILEGÍTIMO é:

- (A) O emprego de *Segundo outros clientes* protege o consumidor-reclamante da responsabilidade pela afirmação feita na frase iniciada pelo segmento.
- (B) Em *Sabemos que é importante manter o diálogo com nossos clientes*, o significado do verbo inicial dá suporte ao entendimento de que, para quem se expressa na frase, o segmento destacado indica não um simples evento, mas um fato, afirmado como verdade.
- (C) Em *lamentamos não poder atendê-lo*, tem-se um recurso retórico para anunciar ao consumidor que seu pleito não será atendido, tentativa de atenuar o efeito da recusa.
- (D) A formulação da pergunta do cliente admite duas interpretações – ele busca entender a) por qual motivo o chefe da seção lhe teria dito algo sobre o gerente; b) o que o gerente teria feito que justificasse dizer que não havia esquecido a reclamação feita –, mas o contexto elimina uma delas.
- (E) Na progressão do texto, a frase final de II constitui em um argumento para refutar a possível insatisfação do cliente provocada pelo que se diz em *lamentamos não poder atendê-lo*.



14. Os números pares e positivos foram distribuídos em sequência em tabelas quadradas com 3 linhas e 3 colunas. A figura mostra as duas primeiras tabelas obtidas com essa distribuição.

2	4	6
8	10	12
14	16	18

20	22	24
26	28	30
32	34	36

Considerando que o mesmo padrão de distribuição foi mantido indefinidamente, o número 2.372 foi escrito, em uma dessas tabelas, na mesma posição do número

- (A) 6
(B) 8
(C) 12
(D) 14
(E) 16
-
15. As prateleiras das gôndolas de um supermercado têm a base retangular, com 180 cm de comprimento por 60 cm de largura. Uma dessas prateleiras será usada para acomodar um produto comercializado em embalagens cúbicas com as três dimensões medindo 15 cm, de forma que a face inferior de cada embalagem esteja inteiramente apoiada na prateleira ou em outra embalagem. Sabendo que a prateleira imediatamente acima da que será utilizada impede que sejam feitas pilhas de embalagens com mais de 50 cm, o número máximo de unidades do produto que poderão ser acomodadas é igual a
- (A) 120
(B) 144
(C) 160
(D) 150
(E) 135
-
16. No ano passado, Marcelo prometeu que se o seu time ganhasse todos os jogos e seu ídolo Canelinha fosse o artilheiro do campeonato, então ele ficaria todo o ano seguinte sem tomar cerveja. Sabendo que Marcelo cumpre todas as suas promessas e que, neste ano, ele tem tomado cerveja todo final de semana, é correto concluir que, no ano passado, necessariamente,
- (A) o time de Marcelo perdeu ou empatou pelo menos um jogo.
(B) pelo menos um jogador marcou mais gols do que Canelinha no campeonato.
(C) o time de Marcelo perdeu todos os jogos e Canelinha não foi o artilheiro do campeonato.
(D) o time de Marcelo não ganhou todos os jogos ou Canelinha não marcou gols no campeonato.
(E) o time de Marcelo não ganhou todos os jogos ou Canelinha não foi o artilheiro do campeonato.
-
17. Giovanni e sua esposa moram em uma cidade que possui 25 pizzarias. Em todos os sábados do ano passado, eles jantaram em uma pizzaria, sempre na cidade em que residem. A partir dessas informações, é correto concluir que, necessariamente, no ano passado, Giovanni e sua esposa
- (A) estiveram mais de duas vezes em pelo menos uma pizzaria da cidade.
(B) estiveram pelo menos duas vezes em cada pizzaria da cidade.
(C) nunca repetiram a pizzaria em seus jantares de sábado.
(D) jantaram pelo menos 25 vezes na mesma pizzaria.
(E) não jantaram todos os sábados na mesma pizzaria.

**Controle na Administração Pública**

18. A Constituição Federal estabelece que a fiscalização do Município será exercida pelo
- (A) Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas competente, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.
 - (B) Poder Executivo Municipal, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas competente, e pelos sistemas de controle interno do Poder Legislativo Municipal.
 - (C) Tribunal de Contas competente, mediante controle externo, com o auxílio do Poder Legislativo Municipal, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.
 - (D) Tribunal de Contas competente, mediante controle externo, com o auxílio do Poder Executivo Municipal, e pelos sistemas de controle interno do Poder Legislativo Municipal.
 - (E) Poder Judiciário, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas competente, e pelos sistemas de controle interno do Poder Legislativo Municipal.

19. Considere:

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- III. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- IV. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Nos termos definidos pela Constituição Federal, o contido nos itens I a IV corresponde às finalidades

- (A) dos Tribunais de Contas.
 - (B) do Ministério Público como *custos legis*.
 - (C) do Conselho Nacional de Justiça, naquilo que se refere às Varas de Fazenda Pública.
 - (D) do sistema de controle externo do Poder Legislativo.
 - (E) do sistema de controle interno mantido, de forma integrada, pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
20. Ato praticado pelo Prefeito de um município do Estado do Rio Grande do Sul foi examinado pelo TCE/RS e considerado contrário à legislação pertinente. A decisão tomada pelo Tribunal, nesse caso, teve eficácia de título executivo. Conforme está definido de forma expressa na Constituição Federal, essa eficácia ocorre tendo em vista da decisão resultar
- (A) parecer desfavorável.
 - (B) impedimento do Prefeito.
 - (C) imputação de débito ou multa.
 - (D) inelegibilidade do Prefeito.
 - (E) revogação do ato examinado.

21. Considere os seguintes itens, todos relacionados a pessoas jurídicas com sede no Estado do Rio Grande do Sul:

- I. Renúncia de receitas praticada no âmbito do Poder Executivo Estadual.
- II. Subvenções concedidas pelo Poder Executivo Estadual.
- III. Publicidade dos atos praticados no âmbito do Poder Legislativo Estadual.
- IV. Economicidade dos atos praticados por entidade assistencial de direito privado, sem fins lucrativos, na utilização de subvenção recebida do Poder Executivo Estadual.
- V. Legalidade dos atos praticados no âmbito de autarquia estadual.

Consoante disposto na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, estão sujeitos ao exame do TCE/RS o que consta em

- (A) I e II, apenas.
 - (B) I, II, III, IV e V.
 - (C) I, II, III e V, apenas.
 - (D) III, IV e V, apenas.
 - (E) III e V, apenas.
22. O Regimento Interno do TCE/RS estabelece que o Relator poderá, a requerimento do interessado, determinar a juntada de documentos ao processo durante sua
- (A) instrução, exceto na fase recursal, até a emissão do parecer do Ministério Público de Contas.
 - (B) instrução e na fase recursal, até, em ambos os casos, o envio dos autos ao Ministério Público de Contas.
 - (C) instrução, exceto na fase recursal, até o envio dos autos ao Ministério Público de Contas.
 - (D) instrução e na fase recursal, em ambos os casos, a qualquer tempo.
 - (E) instrução e na fase recursal, até, em ambos os casos, a emissão do parecer do Ministério Público de Contas.



23. A Lei Orgânica do TCE/RS, naquilo que concerne aos Conselheiros, estabelece que
- (A) atuam nas matérias em que o Tribunal deva se manifestar de forma colegiada, mas estão impedidos de funcionar como juízo singular, pois é competência atribuída aos Auditores Substitutos de Conselheiros.
 - (B) são nomeados pelo Presidente do TCE/RS.
 - (C) poderão perder o cargo, após nomeados e empossados, por motivo de incompatibilidade, uma vez que não podem exercer, contemporaneamente, o cargo de Conselheiro, parentes consanguíneos ou afins, na linha reta, em qualquer grau e, na linha colateral, até o segundo grau.
 - (D) a eles se estendem as vedações legais aplicáveis aos membros do Ministério Público Estadual, assim como os casos de impedimento e suspeição previstos na lei processual.
 - (E) serão processados e julgados nos crimes comuns, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça, e nos crimes de responsabilidade, pelo Tribunal de Justiça do Estado.

24. Considere os seguintes itens:

- I. anuir permuta ou remoção voluntária dos Conselheiros de uma para outra Câmara.
- II. propor à Assembleia Legislativa a criação e a extinção de cargos e funções.
- III. dar posse ao Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

Conforme disposto na Lei Orgânica do TCE/RS, os itens I, II e III correspondem, respectivamente, a competências/atribuições do

- (A) Presidente de Câmara, do Presidente do Tribunal de Contas e do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
- (B) Presidente do Tribunal de Contas, do Presidente do Tribunal de Contas e do Presidente do Tribunal de Contas.
- (C) Presidente do Tribunal de Contas, do Tribunal Pleno e do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
- (D) Tribunal Pleno, do Tribunal Pleno e do Tribunal Pleno.
- (E) Presidente de Câmara, do Tribunal Pleno e do Procurador-Geral do Ministério Público junto do Tribunal de Contas.

25. O Regimento Interno do TCE/RS estabelece que, nas faltas e impedimentos, bem como em caso de vaga, até a respectiva eleição, o Corregedor-Geral será substituído pelo

- (A) Vice-Presidente do Tribunal de Contas.
- (B) Presidente do Tribunal de Contas.
- (C) Auditor Substituto de Conselheiro mais antigo.
- (D) Ouvidor.
- (E) Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

26. O Regimento Interno do TCE/RS, no que se refere ao Auditor Substituto de Conselheiro, estabelece que:

- (A) é sua competência elaborar proposta de voto perante o Tribunal Pleno nos casos de declinação de competência realizados pelas Câmaras Especiais, em processos relativos a Incidentes de Uniformização de Jurisprudência.
- (B) será considerado vinculado ao processo se lançado o relatório, desde que não encerrado o período de substituição.
- (C) deverá haver pelo menos um Auditor presente nas sessões do Tribunal Pleno e nas sessões das Câmaras.
- (D) será convocado, nas hipóteses de vacância do cargo, falta ou impedimento de Conselheiro, mediante rodízio, observada a idade dos Auditores.
- (E) a convocação de um mesmo Auditor não ultrapassará o período de noventa dias.

27. Considere os seguintes itens:

- I. processos de natureza administrativa interna.
- II. consultas.
- III. agravo.
- IV. embargos de declaração.

Nos termos dispostos no Regimento Interno do TCE/RS, o Ministério Público de Contas deve se manifestar nos casos indicados nos itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

**Auditoria Governamental**

28. *As Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASPs) do nível 1, emitidas pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), têm como objetivo promover uma auditoria independente e eficaz e ainda apoiar os Tribunais de Contas brasileiros no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, em benefício da sociedade.*

(Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público: nível 1. Belo Horizonte: Instituto Rui Barbosa, 2015, p. 8)

O documento mencionado, logo em seu início, estabelece princípios basilares para o funcionamento dos Tribunais de Contas brasileiros, dentre os quais:

- (A) previsão legal de independência do quadro funcional dos Tribunais de Contas e acesso restrito a informações.
- (B) discricionariedade no exercício das funções dos Tribunais de Contas e prevenção ao conflito de interesses.
- (C) tolerância no caso de medidas que possam afetar a sua independência e utilização de mecanismos eficazes de monitoramento das deliberações.
- (D) subordinação hierárquica ao Poder Legislativo e cooperação interinstitucional.
- (E) prevenção ao conflito de interesses e liberdade para deixar de informar acerca de seu trabalho.

29. *O ser humano acredita que os números se distribuem de forma uniforme na natureza e, por isso, ao manipular os valores de um banco de dados, uma pessoa leiga em geral não se preocupará com as frequências em que aparece o 1 ou o 2 ou demais dígitos como primeiro, segundo ou último dígito de um número. Contudo, existe uma metodologia capaz de indicar a possibilidade de manipulação dos dados. A metodologia se baseia na regularidade empírica conhecida como Lei de Benford.*

(Adaptado de: **Seleção de Amostras de Auditoria pela Lei de Benford**. São Paulo: IBRAOP, 2016, p. 5)

O serviço de inteligência do Tribunal de Contas investigou os saldos das demonstrações contábeis de 497 municípios de um determinado Estado. Em seu relatório, indicou que foi extraído o primeiro dígito de cada saldo contábil e, após totalizadas as suas frequências, computou-se a estatística χ^2 ao nível de confiança α apropriado. A hipótese nula, correspondente à aderência à Lei de Benford, foi rejeitada nos balanços de 50 municipalidades do universo pesquisado.

Considerando o exposto, é correto afirmar:

- (A) Segundo tal teste, não é necessária a análise de 447 balanços para se assegurar que todas as eventuais manipulações na população foram encontradas.
- (B) Segundo tal teste, em 50 balanços foram encontradas manipulações nos saldos.
- (C) As normas técnicas de auditoria deixaram de permitir o emprego de técnicas estatísticas como a sugerida.
- (D) As normas técnicas de auditoria permitem o uso de amostragem, tanto a estatística quanto a não estatística.
- (E) É possível concluir, pelos dados apresentados, que o teste estatístico falhou e seu resultado não poderá ser aproveitado nos procedimentos de auditoria.

30. *As Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público do nível 2 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público correspondem às normas internacionais ISSAI 100 a ISSAI 400. Dentre os elementos de auditoria do setor público reconhecidos em tal documento, são consideradas envolvidas ao menos três partes distintas, quais sejam:*

- (A) o auditor, uma parte responsável e os usuários previstos.
- (B) o Tribunal de Contas, o administrador e os administrados.
- (C) o fato, o valor e a norma.
- (D) o controle externo, o controle interno e o controle social.
- (E) o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

31. *O ISSAI 100 define auditoria operacional como o tipo de auditoria que foca em determinar se*

- (A) a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com o marco regulatório aplicável.
- (B) um particular objeto está em conformidade com normas identificadas como critérios.
- (C) intervenções, programas e instituições operam em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e efetividade.
- (D) uma determinada operação está em conformidade com normas identificadas como critérios.
- (E) atividades ou transações financeiras estão em operação.



32. Quanto à relação existente entre auditorias interna e externa, é correto afirmar:
- (A) Devem se manter independentes entre si tanto quanto possível, mantendo sigilo acerca de seus respectivos achados.
 - (B) Embora exista auditoria interna e o auditor externo espere utilizar o trabalho dessa função, não deve ele modificar a natureza, época ou extensão de seus próprios procedimentos.
 - (C) Como regra, não cabe ao auditor externo determinar quais as áreas ou em que extensão o trabalho da auditoria interna pode ser aproveitado para a auditoria externa.
 - (D) O auditor externo não deve determinar que o trabalho da auditoria interna é adequado para os fins da sua auditoria.
 - (E) Admite-se o emprego da auditoria interna como assistência direta, entretanto, nesse caso, o auditor independente deve dirigir, supervisionar e revisar o trabalho executado pelos auditores internos de forma apropriada.
-
33. Em auditoria, risco é a possibilidade de que uma distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, passe despercebida e cause manifestação incorreta do auditor. Acerca dos riscos e seu controle:
- (A) alguns riscos, no opinião do auditor, requerem uma consideração especial e, por esse motivo, são definidos como significativos.
 - (B) os procedimentos de avaliação de riscos, por si só, fornecem evidências de auditoria apropriadas e suficientes para suportar a opinião da auditoria.
 - (C) na avaliação de riscos, não se deve realizar indagações à administração, à auditoria interna ou a outros da própria entidade, por tendenciosidade de respostas.
 - (D) para a avaliação de riscos, a estrutura societária da entidade auditada ou sua natureza é irrelevante.
 - (E) o auditor deve tomar o cuidado de não empregar sua experiência prévia com a entidade auditada como fonte de informações para avaliação de riscos.
-
34. O Diretor de Controle e Fiscalização de um Tribunal de Contas toma conhecimento pela mídia de supostas irregularidades ocorridas em determinada Prefeitura. Tendo em vista a materialidade e a gravidade do noticiado, resolve realizar apuração específica. Para tanto, consulta os servidores acerca de quem estaria disposto a se deslocar até o Município para realizar a fiscalização *in loco*. Um servidor se oferece, alegando em seu favor que teria fiscalizado aquele Município nos últimos seis anos e estaria familiarizado com sua estrutura administrativa. O servidor foi designado e cumpriu sozinho a tarefa, concluindo pela inexistência da irregularidade noticiada, entendimento que o Diretor considerou melhor ser revisto por um segundo servidor.
- O Diretor de Fiscalização
- (A) acertou ao escolher quem mais vezes fiscalizou o órgão, atendendo ao princípio da especialização.
 - (B) errou ao levar notícias midiáticas em consideração no planejamento de auditoria.
 - (C) acertou ao manter-se cético quanto aos achados e solicitar revisão do relatório de auditoria.
 - (D) errou ao desviar do planejamento de auditoria existente, pois tal etapa do procedimento não deve ser iterativa ou contínua.
 - (E) acertou ao destacar servidor independentemente da natureza da irregularidade noticiada, uma vez que os auditores devem se pautar pelo princípio da generalidade.
-
35. A evidência de auditoria ganha confiabilidade quando corroborada por fonte externa à entidade auditada. Sobre tal procedimento de auditoria, conhecido como confirmação externa, é correto afirmar:
- (A) A Administração não pode negar permissão para que o auditor envie solicitações de confirmação.
 - (B) Uma vez decidindo-se pela confirmação externa, em regra essa não pode ser suprida por procedimentos alternativos.
 - (C) O auditor deve tratar com o mesmo peso tanto confirmações negativas quanto positivas.
 - (D) O auditor deve manter o controle sobre as solicitações, registrando tanto o envio delas quanto dos segundos pedidos, quando aplicável.
 - (E) Obtida a confirmação, faz-se necessário buscar outras evidências de auditoria, ainda que o resultado do procedimento de confirmação seja relevante e confiável.
-
36. Acerca da disciplina dos testes de auditoria, assevera-se:
- (A) Os testes de observância visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.
 - (B) Os procedimentos constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos.
 - (C) Os testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela Administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento.
 - (D) Pode ser cogitado o procedimento de inspeção, que consiste na obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade.
 - (E) Pode ser cogitado o procedimento de investigação e confirmação, que consiste na verificação de registros, documentos e ativos tangíveis.



37. O controle que funciona é o controle preventivo, o controle substantivo, que elege prioridades e acompanha paripassu a execução de projetos. O controle que funciona é aquele que orienta, esclarece e alerta, que concentra e aprofunda sua fiscalização naquilo que é essencial, mediante critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade.

(LIMA, Luiz Henrique. **O Controle da Responsabilidade Fiscal e os Desafios para os Tribunais de Contas em Tempos de Crise**. In: LIMA, Luiz Henrique; DE OLIVEIRA, Weder; CAMARGO, João Batista. Contas Governamentais e Responsabilidade Fiscal: Desafios para o Controle Externo. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p.135)

Acerca da materialidade e planejamento em auditoria, assevera-se:

- (A) O planejamento, como etapa antecedente e isolada da auditoria, consiste primeiramente na identificação dos riscos de distorções relevantes e subsequentemente na determinação da materialidade.
- (B) É possível, na ponderação de materialidade, estabelecer um valor abaixo do qual as distorções não corrigidas, individualmente ou em conjunto, serão sempre avaliadas como não relevantes.
- (C) Independentemente das informações reveladas no transcurso da auditoria, é importante que o auditor não revise a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- (D) No controle de legalidade que faz o Tribunal de Contas, não se deve levar em conta a materialidade, pois todas as transações devem ser individualmente apreciadas.
- (E) A avaliação de relevância de eventuais distorções é o fundamento para determinação da época, extensão e natureza de procedimentos a aplicar.

Administração Financeira e Orçamentária

38. Em um ente público estadual,

- (A) a avaliação dos passivos contingentes oriundos de processos trabalhistas é apresentada no Anexo de Riscos Fiscais que integra do Plano Plurianual.
- (B) as metas anuais relativas a resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, devem constar na Lei Orçamentária Anual.
- (C) o quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação bem como o orçamento da seguridade social devem constar na Lei Orçamentária Anual.
- (D) a vinculação de 3% da receita oriunda do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores para a conservação das rodovias pode ser determinada pela Lei Orçamentária Anual.
- (E) as normas de gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos, são estabelecidas pelo Plano Plurianual.

39. Na avaliação do orçamento-programa de um ente estadual, um auditor obteve as informações a seguir sobre uma das ações desenvolvidas no âmbito de um programa da área da saúde:

Meta: distribuir 600.000 aparelhos de medir glicose ao custo total de R\$ 102.000.000,00

Resultado: 600.000 aparelhos de medir glicose distribuídos ao custo total de R\$ 106.800.000,00

Os aparelhos de medir glicose distribuídos apresentaram a qualidade especificada no planejamento da ação.

Considerando essas informações, o auditor teve base para afirmar que a ação foi

- (A) efetiva e eficaz.
- (B) eficaz e ineficiente.
- (C) efetiva e eficiente.
- (D) eficaz e eficiente.
- (E) efetiva e ilegal.

Atenção: Para responder às questões 40 e 41, considere as informações a seguir.

Durante o exercício financeiro de 2017, um ente público estadual obteve as seguintes operações de crédito:

- I. Operação de crédito por antecipação da receita orçamentária no valor de R\$ 9.000.000,00. A amortização do principal ocorreu no mês de setembro de 2017 e os juros incorridos no valor de R\$ 270.000,00 foram pagos no exercício financeiro de 2017.
- II. Operação de crédito, com prazo de 10 meses e constante na conta Previsão Inicial da Receita, no valor de R\$ 2.000.000,00 para financiar a aquisição de um equipamento. A amortização do principal e o pagamento dos juros incorridos no valor de R\$ 80.000,00 ocorreram no exercício financeiro de 2017.
- III. Operação de crédito, com prazo de 10 anos e constante na conta Previsão Inicial da Receita, no valor de R\$ 240.000.000,00 para financiar a construção de um hospital público. Não foram realizadas despesas orçamentárias referentes à amortização do principal e aos juros e encargos desta operação de crédito.

40. No momento da obtenção das operações de crédito I, II e III, o valor do principal foi classificado, respectivamente, como

- (A) dívida flutuante, fundada e fundada.
- (B) receita orçamentária de capital, de capital e de capital.
- (C) dívida flutuante, flutuante e fundada.
- (D) receita extraorçamentária, extraorçamentária e orçamentária.
- (E) receita orçamentária corrente, corrente e de capital.



41. Com bases nessas informações tomadas em conjunto, no exercício financeiro de 2017, o valor do empenho da despesa no grupo de natureza da despesa
- (A) Juros e Encargos da Dívida foi R\$ 80.000,00, ocasionando um aumento da despesa corrente realizada, de acordo com a Lei nº 4320/1964.
 - (B) Juros e Encargos da Dívida foi R\$ 350.000,00, ocasionando um aumento da despesa corrente realizada, de acordo com a Lei nº 4320/1964.
 - (C) Amortização da Dívida foi R\$ 11.000.000,00, ocasionando um aumento da despesa de capital realizada, de acordo com a Lei nº 4320/1964.
 - (D) Amortização da Dívida foi R\$ 2.000.000,00, ocasionando um aumento da despesa corrente realizada, de acordo com a Lei nº 4320/1964.
 - (E) Juros e Encargos da Dívida foi R\$ 80.000,00, ocasionando um aumento da despesa de capital realizada, de acordo com a Lei nº 4320/1964.

42. A Lei Orçamentária Anual (LOA) referente ao exercício financeiro de 2018 de um ente público estadual contém um dispositivo que autoriza a abertura de créditos suplementares até o limite de 10% da Despesa Corrente que foi fixada na referida lei pelo valor de R\$ 35.000.000.000,00.

No mês de fevereiro de 2018, o chefe do Poder Executivo estadual assinou um convênio com a União no âmbito da política de emprego e renda para a capacitação de 100.000 pessoas desempregadas. A capacitação seria realizada por meio da contratação de uma pessoa jurídica de direito privado pelo Poder Executivo estadual, mas no orçamento do ente estadual não havia crédito orçamentário e dotação orçamentária específicos para a realização de tal despesa. Sendo assim, foi aberto crédito adicional no valor de R\$ 3.000.000,00 em 31 de julho de 2018.

Considerando que o limite autorizado na LOA para a abertura de créditos suplementares não havia sido utilizado até 31 de julho de 2018, ao chefe do Poder Executivo estadual

- (A) foi possível utilizar tal limite e o crédito adicional aberto poderá ser reaberto em 2019.
 - (B) não foi possível utilizar tal limite e o crédito adicional aberto poderá ser reaberto em 2019.
 - (C) foi possível utilizar tal limite e o crédito adicional aberto não poderá ser reaberto em 2019.
 - (D) não foi possível utilizar tal limite e o crédito adicional aberto não poderá ser reaberto em 2019.
 - (E) não foi necessário utilizar tal limite, pois a autorização legislativa prévia não era uma exigência para a abertura do crédito adicional.
43. Em 31/12/2017, final do segundo ano de existência de uma entidade pública, o valor do seu Patrimônio Líquido é apurado pela diferença entre
- (A) as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas referentes a esse ano.
 - (B) as receitas arrecadadas e as despesas liquidadas referentes a esse ano.
 - (C) as variações do saldo do ativo e do passivo referentes a esse ano.
 - (D) a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada da despesa em 31/12/2017.
 - (E) o valor total do ativo e o valor total do passivo em 31/12/2017.

44. Considere as transações a seguir ocorridas durante o exercício financeiro de 2017 em uma autarquia estadual:

- Lançamento e arrecadação de Receita de Prestação de Serviços no valor de R\$ 2.000.000,00.
- Lançamento de Receita de Taxas no valor de R\$ 320.000,00.
- Empenho, liquidação e pagamento de Despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 9.800.000,00.
- Empenho e liquidação de Outras Despesas Correntes no valor de R\$ 2.500.000,00.
- Liquidação e pagamento de Despesa com Equipamentos e Material Permanente no valor de R\$ 1.150.000,00 inscrita em restos a pagar não processados em 31/12/2016.

Com base nessas transações tomadas em conjunto e conforme a Lei nº 4.320/1964, o resultado de execução orçamentária, no exercício financeiro de 2017, foi deficitário, em reais,

- (A) 9.980.000,00
- (B) 11.450.000,00
- (C) 10.300.000,00
- (D) 11.130.000,00
- (E) 8.950.000,00

**Noções de Análise de Informações**

45. Os conceitos de dados, informação e conhecimento são de grande importância no contexto de sistemas de informação. Sobre eles, é correto afirmar que
- (A) não são necessários os dados para que se obtenha o conhecimento.
 - (B) a informação é obtida acrescentando-se significado aos dados.
 - (C) a informação é obtida a partir do conceito de conhecimento.
 - (D) o processo de tomada de decisão em um sistema de informação tem por base apenas os dados brutos.
 - (E) os dados consistem do conhecimento analisado sob diferentes pontos de vista.
-
46. Considere que uma tabela de um banco de dados relacional possui uma chave primária composta por um único atributo. Essa tabela tem como propriedade:
- (A) a chave primária não pode ser nem do tipo booleano, nem do tipo inteiro.
 - (B) a chave primária deve ser do tipo inteiro longo.
 - (C) metade dos seus registros, no máximo, pode ter esse atributo com o valor nulo.
 - (D) nenhum par de seus registros pode ter o mesmo valor para esse atributo na chave primária.
 - (E) o armazenamento da chave primária na tabela deve ser feito de forma criptografada.
-
47. Considerando a teoria da modelagem dimensional, composta por tabelas dimensão e tabela fato, utilizada em *data warehouses*,
- (A) todas as tabelas dimensão devem possuir o mesmo número de atributos.
 - (B) o grau de relacionamento da tabela fato para as tabelas dimensão é de muitos para muitos.
 - (C) a tabela fato não deve possuir atributos do tipo numérico.
 - (D) não há relacionamento entre as tabelas dimensão e a tabela fato.
 - (E) não há limitação quanto ao número de tabelas dimensão.
-
48. O modelo de referência CRISP-DM tem seu ciclo de vida estruturado nas seguintes 6 fases:
- (A) Estruturação do Negócio, Limpeza dos Dados, Indicação das Métricas, Modelagem, Estimativa e Exportação dos Dados.
 - (B) Otimização do Negócio, Redução dos Dados, Replicação dos Dados, Modelagem, Importação dos Dados e Backup.
 - (C) Entendimento do Negócio, Entendimento dos Dados, Preparação dos Dados, Modelagem, Avaliação e Implantação.
 - (D) Preparação do Negócio, Replicação dos Dados, Indexação dos Dados, Diagramação do Negócio, Estimativa e Organização.
 - (E) Otimização do Negócio, Entendimento dos Dados, Indexação dos Dados, Exportação dos Dados, Organização e Importação dos Dados.
-
49. Um sistema de *Big Data* costuma ser caracterizado pelos chamados 3 Vs, ou seja, volume, variedade e velocidade. Por variedade entende-se que
- (A) há um grande número de tipos de dados suportados pelo sistema.
 - (B) há um grande número de usuários distintos acessando o sistema.
 - (C) os tempos de acesso ao sistema apresentam grande variação.
 - (D) há um grande número de tipos de máquinas acessando o sistema.
 - (E) os tamanhos das tabelas que compõem o sistema são muito variáveis.
-
50. A Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, estabelece alguns prazos para o tipo de restrição ao acesso à informação. A correta correlação entre o tipo de restrição e o prazo máximo para tal restrição é:
- (A) Reservada – 2 anos, Secreta – 5 anos e Ultrassecrta – 10 anos.
 - (B) Reservada – 2 anos, Secreta – 5 anos e Ultrassecrta – 15 anos.
 - (C) Reservada – 3 anos, Secreta – 15 anos e Ultrassecrta – 20 anos.
 - (D) Reservada – 5 anos, Secreta – 10 anos e Ultrassecrta – 15 anos.
 - (E) Reservada – 5 anos, Secreta – 15 anos e Ultrassecrta – 25 anos.

**PROVA DISCURSIVA****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado. Capítulo 10: 10.5 A Prova Discursiva será avaliada em conformidade com os seguintes critérios: o domínio técnico do conteúdo aplicado, considerando as especificidades das questões propostas, a correção gramatical e a adequação vocabular, tendo em vista os mecanismos básicos de constituição do vernáculo e os procedimentos de coesão e argumentação. 10.6 Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 10.7 Será atribuída nota zero à Prova Discursiva que: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc); c) estiver em branco; d) apresentar abordagem incorreta do conteúdo solicitado; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; f) fugir ao tema proposto. 10.8 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho, na Prova Discursiva, serão consideradas as normas ortográficas promulgadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008. 10.9 Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.

QUESTÃO 1

O Prefeito de um município do Estado do Rio Grande do Sul decidiu construir uma escola.

Ao consultar o setor de contabilidade e orçamento da Prefeitura, foi informado de que não havia na Lei Orçamentária Anual (LOA) previsão para essa despesa.

Para a solução desse impasse, foram realizados os seguintes atos:

- a. Verificou-se que a LOA previu expressamente autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.
- b. Optou-se pela abertura de um crédito adicional especial.
- c. Após a adequação dos instrumentos de planejamento e da abertura do crédito adicional especial, o procedimento licitatório para a construção da escola foi acompanhado de:
 - c.1. declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
 - c.2. estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de entrada em vigor da despesa e no subsequente.

As contas referentes ao exercício no qual essa despesa foi planejada e realizada foram fiscalizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), cuja apreciação da matéria ocorreu da seguinte forma:

- d. foi emitido parecer prévio por uma das Câmaras do TCE/RS no qual os atos indicados nos itens **a**, **b** e **c** foram considerados práticas irregulares.

Diante desses fatos, o Prefeito tomou a seguinte providência:

- e. Recorreu do parecer emitido pelo TCE/RS mediante reconsideração.

Considerando a situação hipotética, responda, justificadamente, em cada item:

Os fatos narrados nos itens **a** a **e** estão de acordo com a legislação que disciplina a matéria? A questão pode ser respondida por itens e não há a necessidade de citação do número de artigos de lei.

(Utilize as linhas a seguir para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	



19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA



QUESTÃO 2

Determinado município editou uma lei autorizando a alienação onerosa de praças e outras áreas verdes, facultando aos adquirentes a exploração econômica, tanto para empreendimentos habitacionais, como para instalação de estabelecimentos comerciais ou de serviços.

Com base na lei municipal editada, a Administração pública municipal realizou a licitação para alienação onerosa de alguns bens daquela categoria. O licitante vencedor do certame de alienação de um dos imóveis originalmente afetados como praça, após a homologação do procedimento e adjudicação do objeto, apresentou pedido de aprovação de projeto de exploração econômica ao órgão competente, que o indeferiu. Esse órgão considerou que a aprovação do projeto ensejaria contrariedade às disposições constitucionais estaduais e federais, já que tanto a Constituição da República, quanto a Constituição do Estado ao qual pertence o Município têm normas vedando a desafetação de áreas verdes, porque bens de uso comum do povo.

Considerando essas informações, responda, de forma fundamentada.

- a. Sob os aspectos formal e material, poderiam os bens públicos municipais referidos ter sido alienados?
- b. Cabe revisão administrativa da decisão administrativa que indeferiu o projeto? Em caso afirmativo, de que forma e qual a natureza do ato revisor?
- c. A suposta inconstitucionalidade da lei municipal poderia ser objeto de controle na esfera do Tribunal de Contas competente? Em caso afirmativo, em qual(is) momento(s)?

(Utilize as linhas a seguir para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	



32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO